

Resistências cotidianas, ambivalências e limites do patriarcado: narrativas literárias e histórias de vida de mulheres rurais no Alto Sertão alagoano

Everyday resistances, ambivalences and limits of patriarchy: literary narratives and rural women's life stories in the Alagoas Hinterlands

Andréa Maria Leite Albuquerque¹

Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, São Paulo (SP), Brasil

Marilda Aparecida de Menezes

Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo (SP), Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: O artigo analisa as formas de resistência cotidiana de mulheres rurais ao patriarcado na comunidade de Primavera, no Alto Sertão alagoano, em perspectiva feminista decolonial. Articula narrativas de histórias de vida de três mulheres – Jitirana, Alpina e Magnólia – com os romances *Torto Arado* e *Salvar o Fogo*, de Itamar Vieira Junior, por meio de triangulação hermenêutica. Teoricamente, mobiliza a noção de experiência de E. P. Thompson como locus de agência histórica, o conceito de resistência cotidiana e de “transcritos ocultos” de James C. Scott, a formulação do patriarcado como nó consubstancial a racismo e capitalismo de Heleieth Saffioti e aportes de feminismos decoloniais e comunitários de Abya Yala. A análise mostra que a resistência cotidiana ao patriarcado é múltipla, ambivalente e situada, expressando-se em confrontos abertos, gestos discretos de desobediência, redes de solidariedade entre mulheres, reconfigurações da socialização de gênero, mas também em silêncios, retornos a relações violentas e reprodução de normas patriarcais. A categoria de ambivalência é proposta como ferramenta analítica central para captar essas zonas cinzentas, evitando dicotomias simplificadoras entre “mulheres de luta” e “mulheres submissas”. A triangulação entre literatura e história oral revela convergências e tensões entre narrativas literárias e orais, evidenciando que as sertanejas de Primavera não são apenas objeto de descrição, mas protagonistas epistêmicas que produzem conhecimento sofisticado sobre patriarcado, violência e resistência. O artigo contribui, assim, para os estudos de gênero e para a sociologia rural ao propor uma leitura do protagonismo das mulheres rurais que combina densidade teórica, rigor metodológico e compromisso político com a produção de conhecimento de baixo para cima.

Palavras-chave: mulheres rurais, resistência cotidiana, experiência, feminismo decolonial, patriarcado.

Abstract: The article analyzes rural women's everyday forms of resistance to patriarchy in the community of Primavera, in the Alagoas Hinterlands, from a decolonial feminist perspective. It articulates three women's life-history narratives – Jitirana, Alpina and Magnólia – with the novels *Torto Arado* and *Salvar o Fogo*, by Itamar Vieira Junior, through hermeneutic triangulation. Theoretically, it mobilizes E. P. Thompson's notion of experience as a locus of historical agency, James C. Scott's concept of everyday resistance and “hidden transcripts”, Heleieth Saffioti's formulation of patriarchy as a knot consubstantial with racism and capitalism, and contributions from decolonial and community feminisms of Abya Yala. The analysis shows that everyday resistance to patriarchy is multiple, ambivalent and situated, expressed in open confrontations, discreet gestures of disobedience, networks of solidarity among women, reconfigurations of gender socialization, but also in silences, returns to violent relationships and the reproduction of patriarchal norms. The category of ambivalence is proposed as a central analytical tool to grasp these grey zones, avoiding simplifying dichotomies between “women fighters” and “submissive women”. The triangulation between literature and oral history reveals convergences and tensions between literary and oral narratives, showing that women from the Sertão of Alagoas are not merely objects of description, but epistemic protagonists who produce sophisticated knowledge about patriarchy, violence and resistance. The article thus contributes to gender studies and rural sociology by proposing a reading of rural women's protagonism that combines theoretical density, methodological rigor and political commitment to bottom-up knowledge production.

Keywords: rural women, everyday resistance, experience, decolonial feminism, patriarchy.

¹ Este trabalho recebeu apoio da CAPES.

1. Introdução

A pesquisa de doutorado da qual este artigo se origina analisa as formas de resistência cotidiana das mulheres rurais ao patriarcado, articulando narrativas literárias e histórias de vida em perspectiva feminista decolonial. Mais do que descrever situações de violência ou mapear práticas de enfrentamento, o foco recai sobre o modo como as mulheres rurais do Alto Sertão alagoano produzem leituras próprias sobre o “nó” patriarcado-racismo-capitalismo, transformando sua experiência em conhecimento situado e em práxis política. O campo empírico é a comunidade aqui denominada Primavera², marcada pela combinação de seca prolongada, precarização estrutural do trabalho e violência masculina, mas também por redes de solidariedade e organização coletiva de mulheres. O corpus literário é composto pelos romances *Torto Arado* e *Salvar o Fogo*, de Itamar Vieira Junior (2019, 2023), que configuram narrativamente experiências de mulheres sertanejas em contextos de dominação patriarcal, racista e capitalista, oferecendo imagens e tramas que dialogam diretamente com as histórias de vida de Primavera.

A pergunta que orienta este estudo é: como as formas de resistência cotidiana das mulheres rurais ao patriarcado, fortalecidas por experiências comunitárias locais e pela participação em coletivos autônomos de mulheres, manifestam-se nas narrativas literárias e nas histórias de vida dessas mulheres – e quais são seus limites, ambivalências e zonas de não resistência? Para respondê-la, o artigo parte da análise de três trajetórias específicas – Jitirana, Alpina e Magnólia – selecionadas por amostragem intencional, que são colocadas em diálogo com personagens, cenas e tramas dos romances de Vieira Junior. Ao recentrar essas mulheres como narradoras de si e intérpretes de seu mundo, o texto busca explicitar de que maneira elas constroem, no cotidiano, um protagonismo que é ao mesmo tempo político e epistêmico.

O trabalho dialoga com quatro eixos teóricos principais que se entrecruzam ao longo da análise. Em primeiro lugar, a experiência como locus de agência histórica em E. P. Thompson (1981), que permite tratar as narrativas das mulheres rurais como elaborações teóricas sobre suas próprias condições de vida. Em segundo, a resistência cotidiana e os “transcritos ocultos” em James C. Scott (1985, 1990), que oferecem linguagem para nomear formas discretas e arriscadas de enfrentamento ao poder. Em terceiro, o patriarcado entendido como estrutura material consubstancial a racismo e capitalismo em Heleieth Saffioti (2013, 2015), formulado como “nó” indissociável que organiza trabalho, violência e acesso a recursos. Em quarto, os

² Por questões de segurança e manutenção do anonimato, todos os nomes de lugares e pessoas foram alterados para nomes de flores.

feminismos decoloniais e comunitários de Abya Yala, em especial as contribuições de Ochy Curiel (2019), Yuderkys Espinosa Miñoso (2014), Lorena Cabnal (2010) e Adriana Guzmán Arroyo (2014), que deslocam o lugar de enunciação e reivindicam o conhecimento produzido por mulheres racializadas, camponesas, indígenas e negras como centro da reflexão feminista.

A relevância do artigo reside em quatro movimentos articulados. Em primeiro lugar, reposicionar mulheres rurais sertanejas – concretamente, as mulheres de Primavera – como produtoras de conhecimento sobre patriarcado, violência e resistência, enfatizando seu protagonismo na definição de categorias, diagnósticos e estratégias de enfrentamento. Em segundo lugar, complexificar o conceito de resistência cotidiana, incorporando ambivalências, acomodações e casos de não resistência, de modo a escapar das dicotomias entre “mulheres de luta” e “mulheres submissas” e reconhecer trajetórias marcadas por avanços e recuos. Em terceiro, experimentar a triangulação entre literatura e história oral como procedimento sociológico, explorando como romances contemporâneos e histórias de vida rurais se iluminam mutuamente na compreensão do “nó” patriarcado-racismo-capitalismo. Em quarto lugar, explicitar os limites de generalização de um estudo baseado em amostra qualitativa intencional, sublinhando que o objetivo não é representar “a mulher rural” em abstrato, mas propor ferramentas analíticas construídas a partir de casos densos e situados.

O texto está organizado em cinco partes, em coerência com esses propósitos. A seção 2 apresenta o referencial teórico; a seção 3 descreve a metodologia; a seção 4 desenvolve a análise; e por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais.

2. Revisão da Literatura: experiência, nó estrutural e protagonismo epistêmico das mulheres rurais

Mais do que apresentar os referenciais em série, o objetivo deste artigo é mostrar como eles se tensionam e se reforçam mutuamente. Em Thompson (1981), a experiência não é um simples repertório de vivências individuais, mas o processo histórico pelo qual sujeitos ordinários interpretam e respondem a condições de vida concretas, produzindo consciência e ação em meio a relações de poder que os limitam, mas não os determinam plenamente (Thompson, 1981). Relida desde as mulheres de Primavera, essa noção implica reconhecer que seus relatos sobre seca, trabalho na roça, violência masculina, fé, organização coletiva e relação com a terra constituem teorias situadas sobre o “nó” patriarcado-racismo-capitalismo, recusando tanto leituras estruturalistas que as dissolvem na “classe” quanto leituras culturalistas que descolam suas narrativas das condições materiais de existência (Albuquerque, 2023;

Thompson, 1981). O protagonismo das mulheres rurais não é apenas temático, mas um princípio epistemológico: a reflexão mais sofisticada sobre patriarcado e resistência no Sertão é produzida a partir de suas experiências, que são simultaneamente produto de uma história longa de patriarcado colonial e ponto de partida para reescrevê-la “de baixo”.

Se Thompson recoloca a experiência no centro, Saffioti nomeia a arquitetura de exploração-dominação contra a qual essa experiência se produz. Ao formular o “nó” patriarcado-racismo-capitalismo, a autora afirma que sexo, raça e classe não se somam, mas se fundem em um único sistema, cuja base material é a divisão sexual e racial do trabalho. O patriarcado, nesse quadro, não é apenas um conjunto de valores ou ideologias, mas um sistema que organiza quem trabalha, quem decide, quem apanha e quem é considerado plenamente humano (Saffioti, 2013, 2015).

Hirata e Kergoat aproximam-se dessa formulação ao defender que relações de sexo, raça e classe são relações sociais fundamentais, consubstanciais e coextensivas: atravessam todo o espaço social, co-produzem-se e não podem ser pensadas isoladamente sem distorção analítica (Hirata, 2014; Kergoat, 2012). No contexto das mulheres de Primavera, isso implica entender que cada fala sobre trabalho agrícola, partilha de renda, cuidado, religiosidade ou violência masculina é, ao mesmo tempo, expressão de posições generificadas, racializadas e de classe, ainda que esses termos nem sempre apareçam explicitamente no vocabulário das narradoras (Albuquerque, 2023).

Os estudos sobre mulheres rurais reforçam essa leitura estrutural. Deere e León (2002) mostram como a desigualdade no acesso à terra e à propriedade é base da subordinação feminina no campo, enquanto Paulilo (2004) evidencia a desqualificação histórica do trabalho das mulheres rurais, frequentemente nomeado como “ajuda” apesar de sua centralidade produtiva. Articuladas à crítica de Mies (2021) e Federici (2017) sobre a expropriação do trabalho reprodutivo e dos bens comuns pelo capitalismo, essas contribuições evidenciam que a exploração do trabalho das mulheres rurais é condição de possibilidade tanto do patriarcado quanto da acumulação capitalista (Saffioti, 2015).

Lida em chave decolonial, a formulação do “nó” antecipa debates sobre a colonialidade de gênero. Ao mostrar que patriarcado e racismo não são epifenômenos do capitalismo, mas se fundem historicamente com ele, Saffioti permite compreender o Brasil como formação social estruturada por “fenômenos cruéis”, como a discriminação contra mulheres e pessoas negras, cuja raiz está na fusão profunda entre esses três sistemas de dominação (Saffioti, 2013). Esse enquadramento se aproxima da crítica de Fanon à “zona do não-ser” e das discussões de

Grosfoguel sobre a colonialidade do poder, situando o Sertão como espaço em que corpos femininos racializados são alvo privilegiado dessa lógica (Fanon, 2008; Grosfoguel, 2011).

Assim, quando o artigo fala em “nó” patriarcado-racismo-capitalismo, não opera apenas com uma metáfora, mas com uma concepção de estrutura que é, ao mesmo tempo, material, simbólica e histórica. É exatamente essa estrutura que as experiências das mulheres de Primavera ajudam a tornar visível, ao mostrar como a violência masculina, o controle da renda, o trabalho extenuante e a precariedade hídrica se articulam na vida concreta (Albuquerque, 2023).

Essa articulação Thompson-Saffioti produz um efeito importante: a experiência das mulheres rurais deixa de ser tomada como “caso empírico” de conceitos universais e passa a ser reconhecida como lugar de elaboração teórica sobre como o nó patriarcado-racismo-capitalismo se materializa e é tensionado no Sertão (Albuquerque, 2023).

Scott (1985, 1990) desloca o olhar da teoria política clássica ao enfatizar que, sob regimes de dominação intensa, grande parte da resistência não se expressa em rebeliões abertas, mas em formas discretas, difusas e aparentemente “pequenas”: atrasos propositais, dissimulação, sabotagens mínimas, fugas, boatos, risadas e cumplicidades. Ao distinguir entre transcritos públicos – discursos conformistas sob o olhar dos dominantes – e transcritos ocultos – discursos e práticas produzidos em espaços relativamente protegidos –, o autor mostra que a submissão aparente pode esconder um universo de recusas e avaliações morais divergentes (Scott, 1985, 1990). Esse repertório é especialmente fecundo para compreender rodas de conversa, confidências entre vizinhas e redes informais de apoio que estruturam a ação política das mulheres de Primavera sem se apresentarem como “movimento” formal, bem como práticas de recusa que, sob leitura convencional, poderiam ser tomadas como mera adaptação – faltar a uma reunião convocada por homens, negociar discretamente a destinação de uma parte da renda, desobedecer ordens dentro de casa depois de aceitá-las na frente de terceiros ou sustentar discursos religiosos ambíguos (Albuquerque, 2023; Scott, 1990).

A crítica de Abu-Lughod (1990) ao “romance da resistência” alerta, contudo, para o risco de ver resistência em todo gesto e, com isso, apagar a eficácia da dominação, o medo e a ausência real de alternativas. A partir dessa crítica, o artigo adota uma concepção relacional de resistência cotidiana, identificando-a apenas quando, a partir das próprias narrativas das mulheres, se reconhecem práticas que tensionam o “nó” patriarcado-racismo-capitalismo, ainda que parcialmente e em registros afetivos contraditórios (Albuquerque, 2023; Saffioti, 2015; Scott, 1990). É nesse ponto que a categoria de ambivalência se torna decisiva: em vez de buscar

a pureza da resistência, a análise assume trajetórias marcadas por combinações instáveis de confrontos abertos, acomodações estratégicas, silêncios prolongados, retornos a relações abusivas e reprodução sincera de normas patriarcais, num contexto em que a ruptura pode significar perda de renda, moradia, apoio comunitário e aumento da violência (Albuquerque, 2023; Hirata, 2014; Kergoat, 2012; Saffioti, 2015).

Ao articular Scott, Abu-Lughod e Saffioti com a experiência thompsoniana, o referencial teórico permite ler as narrativas das mulheres rurais como reflexões sofisticadas sobre os custos, riscos e possibilidades da resistência cotidiana. A agência aparece, assim, como prática situada, que se move dentro de limites estruturais rígidos, mas que nunca se reduz a mera reprodução das estruturas (Saffioti, 2015; Scott, 1990; Thompson, 1981).

Os feminismos decoloniais e comunitários latino-americanos oferecem a moldura epistêmica que impede que a articulação Thompson-Saffioti-Scott seja reapropriada de modo eurocêntrico (Curiel, 2019; Espinosa Miñoso, 2014). Ochy Curiel (2019) sustenta que o feminismo decolonial retoma e radicaliza contribuições do feminismo negro ao pensar a imbricação de raça, classe e gênero a partir de experiências de mulheres afro-diaspóricas e indígenas, recusando tanto o universalismo abstrato do feminismo hegemônico quanto o multiculturalismo liberal. Espinosa Miñoso (2014) insiste no desenganche epistemológico: descentrar o Norte global como referência, questionar epistemologias feministas que invisibilizam a América Latina e reconhecer genealogias de experiência e luta que vinculam as mulheres de hoje às antepassadas cujos saberes foram perseguidos e apropriados.

O feminismo comunitário antipatriarcal, formulado por autoras como Lorena Cabnal e Adriana Guzmán Arroyo, aprofunda esse deslocamento ao propor o conceito de corpo-território: corpo das mulheres e terra que habitam compõem um mesmo território de disputa, alvo de violências patriarcais, racistas e capitalistas articuladas (Arroyo, 2014; Cabnal, 2010). A leitura de Segato (2012) da violência como pedagogia da crueldade converge com essa concepção, ao entender agressões contra mulheres como mensagens endereçadas à comunidade para disciplinar corpos femininos e afirmar soberanias masculinas e estatais. Articulado ao “nó” saffiotiano, esse enquadramento ilumina o fato de que, para as mulheres de Primavera, a violência de um homem específico é, ao mesmo tempo, violência de uma ordem mais ampla sobre seus corpos e sobre o Sertão como espaço de vida.

A epistemologia decolonial, tal como formulada por essas autoras, converge com a “história vista de baixo” de Thompson e com a crítica materialista de Saffioti, mas acrescenta um deslocamento decisivo: não basta falar sobre as mulheres rurais; é preciso reconhecer que

elas produzem conceitos, categorias e diagnósticos que tensionam e transformam os próprios marcos teóricos mobilizados (Curiel, 2019). Nesse sentido, quando as entrevistadas reelaboram os sentidos de “mulher rural”, “camponesa”, “agricultora” e “mulher do campo”, ou quando descrevem o quintal como espaço de liberdade, elas estão realizando aquilo que Curiel e Espinosa Miñoso chamam de desenganche epistemológico: produzir teoria a partir das margens, obrigando a categoria analítica a se ajustar à experiência, e não o contrário (Albuquerque, 2023; Curiel, 2019; Espinosa Miñoso, 2014).

A centralidade das autoidentificações aparece, por exemplo, na forma como Jitirana nomeia a si mesma como “mulher rural”:

Desde que eu nasci, acho que é uma coisa cultural. Escutei dizer ‘nasci na zona rural’, ‘sou da zona rural’. Minha mãe nunca me criou dizendo assim ‘sou mulher do campo’. (...) Depois que eu cresci, eu não consigo me adaptar hoje na zona urbana, na cidade. No campo, na zona rural, pra mim é mais gostoso, tem mais vida (...). Estar na zona rural significa estar perto da natureza. Da mãe terra.

Esse trecho explicita como as categorias analíticas mobilizadas pela pesquisa são constantemente tensionadas pelas categorias nativas com que as próprias mulheres organizam sua experiência.

3. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, interpretativa e ancorada na epistemologia feminista decolonial, o que implica reconhecer as mulheres rurais não apenas como “informantes”, mas como co-produtoras de conhecimento sobre patriarcado, violência e resistência em contextos sertanejos (Albuquerque, 2023; Curiel, 2019). A opção metodológica central é tratar as narrativas de histórias de vida das mulheres de Primavera e as obras literárias de Vieira Junior (2019, 2023) como configurações narrativas de experiências vividas, articuladas por meio de uma triangulação hermenêutica inspirada em Paul Ricoeur (1994, 1997).

O campo empírico principal é a comunidade aqui denominada Primavera, na zona rural do município de Sertãozinho, no Alto Sertão de Alagoas, composta por cerca de três dezenas de famílias interligadas por laços de parentesco e vizinhança, com economia baseada em agricultura familiar, trabalho eventual e programas de transferência de renda (Albuquerque, 2023).

Para o recorte desenvolvido neste artigo, foram selecionadas três participantes centrais – Jitirana, Alpina e Magnólia – por amostragem intencional teórica, considerando: posição geracional, lugar na rede comunitária, vínculo com coletivos de mulheres e trajetórias

contrastivas em relação à violência e à ruptura (Albuquerque, 2023). Jitirana é a liderança comunitária e referência na organização de grupos de mulheres; Alpina é uma vizinha que participou do coletivo e se afastou; Magnólia, filha de Jitirana, representa uma geração intermediária que rompeu com um relacionamento violento, mas ainda elabora narrativamente essa experiência.

A construção dessa amostra não busca representatividade estatística, mas densidade teórica: cada trajetória é tratada como uma janela privilegiada para compreender formas diferenciadas de resistência, ambivalência e não resistência em um mesmo contexto estrutural. As mulheres, nesse sentido, não entram no desenho metodológico como ilustrações de categorias prévias, mas como sujeitas cuja experiência informa e tensiona continuamente o arcabouço teórico.

A principal estratégia de produção de dados orais foi a história oral, entendida na chave proposta por Portelli (2016) como prática dialógica em que pesquisadoras e narradoras coconstroem a fonte histórica, atribuindo sentidos à experiência a partir da interação situada. Essa escolha se alinha à epistemologia feminista decolonial, recusando hierarquias rígidas entre “documentos oficiais” e narrativas de grupos subalternizados, equiparando a palavra das mulheres rurais a outras formas de conhecimento reconhecidas pela academia (Curiel, 2019; Espinosa Miñoso, 2014).

Foram realizados três tipos principais de dispositivos empíricos: a) rodas de conversa com grupos de mulheres, em espaços por elas escolhidos, registradas em diário de campo; b) entrevistas de história de vida não estruturadas, gravadas em áudio, com as participantes centrais, em locais de sua preferência; e c) entrevistas focadas, semiestruturadas, em momento posterior com as mesmas mulheres, para aprofundar dimensões identificadas nas primeiras narrativas. Esses dispositivos articularam-se à observação participante, em que a pesquisadora principal acompanhou atividades cotidianas (trabalho na roça, cuidado com animais, uso de cisternas, reuniões de coletivos e formações em comunidades vizinhas), registrando interações, gestos e silêncios que não emergiam nas entrevistas formais. A presença prolongada e engajada – decorrente de anos de militância junto a movimentos de mulheres rurais – possibilitou acesso a situações e comentários dificilmente compartilhados com pesquisadoras externas, reforçando o protagonismo das mulheres como coautoras do processo (Albuquerque, 2023; Portelli, 2016).

Paralelamente, o corpus literário é composto pelos romances *Torto Arado* e *Salvar o Fogo*, de Vieira Junior (2019, 2023), reconhecidos por sua densidade etnográfica e por

colocarem mulheres sertanejas no centro de tramas marcadas por colonialidade, patriarcado e exploração capitalista. Em diálogo com a hermenêutica narrativa de Ricoeur (1994, 1997), essas obras são tratadas como configurações narrativas de experiências vividas, articuladas, por meio da tríplice mimesis, ao mundo vivido das mulheres de Primavera (Ricoeur, 1994; Vieira Junior, 2019, 2023). A gramática simbólica que mobilizam – faca, língua, fogo, rio, terra – ajuda a nomear dimensões da experiência feminista rural que frequentemente aparecem silenciadas ou fragmentadas no discurso cotidiano, enquanto as narrativas orais ancoram essa gramática em situações concretas, impedindo que a literatura seja lida como alegoria desligada de relações sociais e políticas.

Nessa perspectiva, a triangulação hermenêutica não é apenas técnica de validação, mas um modo de produzir teoria em coautoria entre literatura, mulheres rurais e pesquisadoras, reforçando o protagonismo epistêmico das primeiras. As mulheres não aparecem apenas como “casos” que confirmam a ficção; ao contrário, suas experiências permitem reler criticamente tanto a tradição teórica quanto as obras de Vieira Junior, produzindo uma interpretação situada do patriarcado sertanejo que dificilmente poderia ser elaborada sem sua participação ativa.

As entrevistas foram integralmente transcritas pela pesquisadora, preservando marcas de oralidade – pausas, repetições e termos locais – em coerência com a compreensão da narrativa como performance situada (Portelli, 2016). A análise dos dados orais seguiu três movimentos principais: 1) codificação temática inicial, identificando segmentos de fala relacionados a experiências de violência, gestos de resistência, redes de apoio, reprodução de normas patriarcais, ambivalências afetivas e religiosas e metáforas corporais e territoriais; 2) análise narrativa de casos contrastivos, organizando cada trajetória em torno de marcos como início, ruptura, virada e reconfiguração, bem como das posições de sujeito assumidas (vítima, agente, testemunha, liderança); e 3) triangulação com a literatura, lendo trechos das entrevistas ao lado de passagens de *Torto Arado* e *Salvar o Fogo* para identificar ecos, dissensos e silêncios entre experiências de violência, reconfiguração da casa como espaço de autonomia e redes de mulheres (Albuquerque, 2023; Vieira Junior, 2019, 2023).

Importante salientar que a pesquisadora principal atua há anos como militante feminista junto a movimentos de mulheres rurais em Alagoas, o que garantiu entrada facilitada no campo e alto grau de confiança recíproca, mas também demandou reflexividade sistemática sobre os riscos de identificação excessiva e a tendência a ler quase todo gesto como resistência (Albuquerque, 2023). Hipóteses analíticas foram discutidas informalmente com lideranças locais, em especial com Jitirana, cujas reações influenciaram a formulação de categorias como

ambivalência e zonas de não resistência; em uma dessas devolutivas, por exemplo, a expectativa de força permanente atribuída a Jitirana foi por ela mesma problematizada, ao enfatizar momentos em que “aguenta calada” por não enxergar alternativas concretas sem colocar a comunidade em risco (Abu-Lughod, 1990; Saffioti, 2015). Do ponto de vista ético-político, a pesquisa garantiu o anonimato por meio de nomes fictícios de flores e compromisso de devolução dos resultados em formatos discutidos com a comunidade, evitando práticas de extrativismo epistêmico criticadas por feministas decoloniais (Curiel, 2019; Espinosa Miñoso, 2014).

Os resultados apresentados referem-se a um recorte específico: três trajetórias de mulheres rurais de uma comunidade particular, em determinado contexto histórico e político, trianguladas com dois romances contemporâneos. Não se pretende representatividade estatística em relação ao conjunto das mulheres rurais do Sertão ou do Brasil; trata-se de generalização analítica, em que conceitos como resistência cotidiana, ambivalência estratégica, ambivalência afetiva, corpo-território e “nó” patriarcado-racismo-capitalismo são propostos como ferramentas para pensar outras realidades rurais, devendo ser testados, criticados e reelaborados em novos contextos. A limitação do recorte – poucas mulheres, um território específico e um autor literário – torna-se, assim, condição de possibilidade para uma escuta aprofundada que reconhece nelas protagonistas epistêmicas; em vez de diluí-las em números, a metodologia aposta na densidade narrativa e na triangulação hermenêutica como caminhos para tornar visível a complexidade de suas práticas e saberes.

4. Resultados e discussão: resistência cotidiana e protagonismo epistêmico das mulheres rurais

Esta seção analisa em profundidade as narrativas de Jitirana, Alpina e Magnólia, articulando-as ao referencial teórico para explicitar como essas mulheres rurais produzem diagnósticos sofisticados sobre o “nó” patriarcado-racismo-capitalismo e forjam, no cotidiano, formas múltiplas e ambivalentes de resistência. As narrativas não são tratadas como ilustrações empíricas de conceitos pré-dados, mas como lugares de produção teórica nos quais as próprias mulheres interpretam a estrutura que as oprime e as brechas que constroem para enfrentá-la.

A narrativa de Jitirana condensa, de forma exemplar, a articulação entre experiência, estrutura e agência histórica tal como formuladas por Thompson (1981). Ao rememorar a infância marcada pela fome, pela violência do pai biológico e pelo deslocamento forçado da

mãe indígena, Jitirana não apenas relata fatos; ela constrói uma leitura materialista da própria trajetória, na qual racismo, pobreza e violência masculina aparecem como dimensões inseparáveis de um mesmo arranjo estrutural, alinhado à formulação do “nó” patriarcado-racismo-capitalismo de Saffioti (2013, 2015).

Ao falar sobre a quase morte da filha mais nova por desidratação, em plena seca de meados dos anos 1990, Jitirana realiza essa articulação entre patriarcado, racismo e pobreza extrema. Ao recordar que a família não tinha cisterna, não tinha dinheiro para tambores e que a única água disponível para banhar a criança era a água mineral reservada para beber, ela transforma a cena íntima do cuidado materno em diagnóstico político sobre a ausência histórica de políticas hídricas para o Sertão. Nesse ponto, cabe inserir um fragmento de sua fala, em que ela descreve a decisão de usar a “última garrafa” para aliviar o calor do corpo da filha e o internamento por desidratação:

A Gessica, com quatro meses de nascida, era um ano de seca, 95. Um ano de seca aqui, viu. Seca, seca, seca. (...) A gente pegava essa água pra jogar nas pernas. A gente não conseguia jogar nas partes íntimas que doía, viu. (...) Nesse dia eu só tinha uma garrafa de água mineral. E ela começou a chorar, começou a chorar, começou a chorar e eu não sabia o que fazer e sabia que era banho. Peguei ela, peguei um pouquinho da água da garrafa, que era a garrafa de nós beber, umedeci e lavei, banhei ela. Mas isso não foi o suficiente, ela ficou desidratada. Passou nove dias internada, desidratada, tomando soro (...).

A posterior chegada das cisternas – associada, por ela, aos governos federais recentes – é narrada como virada concreta na possibilidade de “armazenar a vida”, conectando de forma direta a experiência cotidiana das mulheres à crítica estrutural da política hídrica brasileira.

Sua reflexão sobre o trabalho agrícola das mulheres em Primavera – que plantam, criam animais, carregam água e cuidam de crianças – explicita a desvalorização sistemática do trabalho feminino no campo, criticada por Deere e León (2002) e por Paulilo (2004). Quando aponta que são as mulheres que garantem a produção, mas que o dinheiro da venda é controlado pelos homens, Jitirana formula, em linguagem própria, a tese de Mies (2021) e Federici (2017) de que o capitalismo se apoia na apropriação gratuita ou mal remunerada do trabalho das mulheres, tornando-o invisível como “não-trabalho”. Sua análise cotidiana das relações de trabalho revela, portanto, uma consciência aguda sobre a dimensão econômica do patriarcado rural, que não é mero “machismo cultural”, mas um sistema de dominação-exploração inscrito na divisão sexual do trabalho (Hirata, 2014; Kergoat, 2012; Saffioti, 2013, 2015).

A forma como Jitirana descreve a reação masculina à força das mulheres – recorrendo a agressões traiçoeiras no espaço doméstico, “por trás das paredes”, quando não podem enfrentá-las em pé de igualdade na roça – é também uma interpretação sofisticada do uso da

violência como mecanismo de controle de corpos “perigosos” para a ordem patriarcal (Saffioti, 2015; Segato, 2018). Em conversa informal durante o almoço, ela afirma que mulheres e homens “têm forças iguais”, mas que, no Sertão, as mulheres exercitam cotidianamente essa força “na enxada, no machado, na foice”, o que leva muitos homens a recorrerem a ataques letais em vez de “pisa³” reiterada. Aqui cabe inserir um pequeno trecho literal dessa conversa, em que Jitirana comenta que os homens “já pegam na traição” e que, quando batem, é “já pra matar”:

Você sabe que tanto a mulher quanto o homem têm forças iguais, não sabe? A diferença é exercer. Quando a gente exerce a nossa força, a nossa capacidade, a gente chega tão quanto os homens. Então, por que a violência rural é mais forte? Porque as mulheres já vivem medindo forças na enxada, no machado, na foice. Então os homens sabem que elas são capazes de fazer isso, então já pegam na traição. Já pegam mesmo pra bater as mãos. (...) A maioria daqui é assim. (...) Tem, viu. Aqui tem casos de muitas mulheres que ainda apanham, mas são menos do que os que matam. (...) A maior parte das violências já é pra matar.

Essa fala aproxima empiricamente a leitura de Jitirana da formulação de Segato (2018) sobre a violência como pedagogia da crueldade, dirigida a corpos femininos que ousam transbordar os lugares esperados de docilidade.

Outro núcleo central da narrativa de Jitirana é o projeto da casa própria. Ao planejar, economizar, herdar e administrar recursos para construir uma casa fora do controle do marido, e ao posteriormente utilizá-la como base material para romper a relação violenta, Jitirana transforma o espaço doméstico em um quilombo pessoal, deslocando o lar de lugar de confinamento para lugar de autonomia (Albuquerque, 2023; hooks, 2019). Essa operação converge com a ideia de corpo-território de Cabnal (2010) e Arroyo (2014): a conquista de um pedaço de terra e de um teto próprios reconfigura simultaneamente o território físico e o corpo da mulher como espaços de defesa, abrigo e decisão. Ao reivindicar a casa como sua, Jitirana desestabiliza o monopólio masculino da propriedade e explicita a centralidade da base material de autonomia para qualquer resistência mais duradoura ao patriarcado (Federici, 2017; Saffioti, 2015).

Por fim, sua atuação como liderança de coletivos de mulheres, enfrentando olhares hostis de homens e organizando redes de solidariedade feminina, exemplifica aquilo que Scott (1990) denominaria de passagem de transcritos ocultos a performances públicas de contestação. Ao narrar essas cenas, Jitirana não apenas relata um momento de coragem; ela performa, na própria narrativa, uma identidade de “mulher de luta” que inspira e convoca outras mulheres,

³ Agressão.

cumprindo um papel de refiguração da experiência coletiva, nos termos de Ricoeur (1994, 1997).

A trajetória de Alpina evidencia de forma aguda a importância da ambivalência como categoria analítica para pensar a resistência cotidiana sob forte constrangimento estrutural (Abu-Lughod, 1990). Ao justificar sua resiliência com a afirmação de que “mulher casada tem que aguentar firme”, ela reproduz, em nível discursivo, a norma patriarcal segundo a qual o casamento é indissolúvel e o sofrimento feminino é prova de valor moral – norma amplamente reforçada por discursos religiosos e por redes familiares (Albuquerque, 2023; Saffioti, 2013; Segato, 2018).

No entanto, a mesma narrativa mostra que Alpina administra pequenos recursos, decide sobre despesas, participa de reuniões comunitárias sem autorização explícita do marido e cultiva vínculos com outras mulheres, mesmo em contexto de isolamento (Albuquerque, 2023). Em sua entrevista, ela enfatiza repetidamente que prefere “ter o seu” para não depender do marido e poder “se virar” caso precise ficar sozinha com o filho:

Na verdade, independente. Eu gosto de eu ter mais pra ajudar o marido quando ele falta do que mesmo eu pedir pro marido. (...) Eu não gosto de ser dependente. Eu sou sempre independente. (...) Se eu chegar num caso, que eu já cheguei, a ficar sem ele, ausente de casa, eu sei me virar. Eu não sou morta de espírito pra ficar esperando, chegar a passar até necessidade, por conta que eu só dependia do marido.

Em outro momento, comenta que só recentemente aprendeu que “não é só bater” e que palavras que humilham e diminuem também são formas de violência, revelando uma elaboração em curso sobre violências psicológicas e simbólicas que extrapolam a agressão física:

Eu já ouvi esse debatezinho na reunião. Porque a gente pensa que violência é só física, só bater, dar porrada, matar... e não é. Tem palavra que maltrata mais do que mesmo um tapa, não é? (...) Porque eu vim saber há pouco tempo. Nem eu sabia que com palavras também era uma violência.

A ambivalência de Alpina, portanto, não é sinal de “falta de consciência”, mas expressão de uma agência situada, marcada pela necessidade de garantir a sobrevivência imediata de si e do filho em um contexto de poucas alternativas concretas de ruptura (Abu-Lughod, 1990; Saffioti, 2015). A acomodação normativa pública coexiste com incômodos, cansaços e pequenos rearranjos – como a busca por renda própria e o reconhecimento recente da violência verbal – que, cumulativamente, podem abrir espaço para deslocamentos futuros, dimensão que Thompson (1981) identificaria como formação lenta e contraditória de consciência em meio à experiência cotidiana.

A narrativa de Magnólia introduz outra variante de ambivalência, ligada à temporalidade da experiência e da memória (Ricoeur, 1994; Thompson, 1981). Logo no início,

ela declara que não vai contar “a parte mais complexa” de sua vida, limitando-se a dizer que viveu “presa, trancada dentro de casa” durante o relacionamento e que, em determinado momento, “botou o pé na parede” para sair, arrumar um trabalho e tentar estudar. Esse movimento narrativo – da recusa em rememorar a violência à ênfase em uma “história de superação muito bonita” guiada pela fé – ilustra como silêncio, medo e orgulho convivem na reconfiguração de seu corpo-território e de sua identidade:

Eu sou Magnólia, tenho 31 anos, nasci na zona rural do município de Mata Grande. Fiquei 19 anos aqui, depois eu tive um relacionamento, fui morar na cidade. Desse relacionamento tive uma filha, que hoje tem 10 anos. Não foi um relacionamento muito bom, mas isso também eu não vou contar porque é mais complexo. (...) E vivia presa, trancada dentro de casa mesmo. Com o tempo eu resolvi que aquela vida não era o que eu queria. Não era pra mim e botei o pé na parede pra sair de casa, pra arrumar um trabalho, pra estudar. (...) O que eu ganhava era cento e cinquenta reais numa funerária, que foi o emprego que apareceu pra mim. (...) Dessa funerária, de tão pouco, eu consegui hoje um emprego que eu estou trabalhando, que é no O Boticário. Consegui chegar lá e consegui ser gerente de vendas

Essa defasagem entre a ruptura de fato e a elaboração narrativa remete à ideia de que nem toda experiência vivida se torna imediatamente enredo compartilhável (Ricoeur, 1994, 1997). O silêncio de Magnólia não é a ausência de experiência, mas indicação de que certos acontecimentos permanecem parcialmente inassimilados, seja pelo trauma, seja pelo medo de julgamentos, seja pela persistência de culpas internalizadas em relação à decisão de “desfazer” o casamento (Abu-Lughod, 1990; Saffioti, 2015).

Ao evitar narrar diretamente a violência, Magnólia desloca o foco para a preocupação com a filha, o desejo de garantir uma vida diferente para a nova geração e o sentimento ambíguo de alívio e peso em sustentar sozinha a casa (Albuquerque, 2023). Sua agência manifesta-se, assim, na construção cotidiana de um novo corpo-território – casa, quintal, rotina – em que o ex-marido não tem mais lugar, ainda que sua sombra emocional persista (Arroyo, 2014; Cabnal, 2010). A narrativa inacabada de Magnólia sugere uma experiência em processo, cuja plena inteligibilidade depende tanto de novas condições materiais quanto de outras redes de escuta e reconhecimento.

A triangulação com a literatura de Itamar Vieira Junior aprofunda a compreensão do protagonismo das mulheres rurais ao evidenciar como certos motivos narrativos emergem tanto nos romances quanto nas histórias de vida, ainda que com desfechos e tonalidades diferentes (Albuquerque, 2023; Vieira Junior, 2019, 2023).

Em Torto Arado, a mutilação da língua de Belonísia e o longo silêncio que se segue configuram uma experiência de violência que, ao mesmo tempo, silencia e reorienta formas de comunicação, deslocando a palavra para o corpo, o gesto e o olhar (Vieira Junior, 2019). Aqui

pode ser inserido um pequeno excerto do início do romance, em que a narradora descreve a descoberta da faca na mala da avó e o momento em que o “fio de corte” atravessa a língua da irmã, marcando para sempre sua fala:

Quando retirei a faca da mala de roupas, embrulhada em um pedaço de tecido antigo e encardido, com nó no meio, tinha pouco mais de sete anos. (...) Vi parte de meu rosto refletido como num espelho, assim como vi o rosto de minha irmã, mais distante. (...) Junto com o sabor de metal que ficou em meu paladar se juntou o gosto do sangue quente, que escorria pelo canto de minha boca semiaberta, e passou a gotejar de meu queixo. (...) Nossos pais retornaram da roça e encontraram minha avó desorientada, com nossas cabeças mergulhadas numa tina de água, gritando “Ela perdeu a língua, ela cortou a língua”.

Ao lado do silêncio de Magnólia diante da violência sofrida, esse fragmento literário reforça a ideia de que perdas corporais e apagamentos de voz não significam ausência de experiência ou de resistência, mas deslocamento de sua expressão para outros registros narrativos e práticos.

As imagens da faca, do fio e da terra em *Torto Arado*, bem como do fogo, do rio e do corpo marcado em *Salvar o Fogo*, operam como gramáticas simbólicas que condensam, em figurações, as contradições da vida sertaneja sob a colonialidade e o patriarcado (Ricoeur, 1994; Vieira Junior, 2019, 2023). Quando Jitirana fala das mulheres “medindo forças na enxada, no machado, na foice”, suas metáforas ressoam essas gramáticas, mas deslocam-nas para o terreno da experiência direta, enraizada na materialidade da roça, da cisterna, do mutirão (Albuquerque, 2023). A literatura, assim, não apenas representa as mulheres rurais; ela também se alimenta de formas de expressão e sensibilidade produzidas nesses territórios, o que reforça o argumento de Duarte (2021) sobre a literatura como lugar privilegiado para pensar a experiência histórica de grupos subalternizados.

Em *Salvar o fogo*, uma das cenas iniciais apresenta uma mulher em trabalho de parto solitário, à noite, caminhando até o rio e debatendo-se entre a culpa religiosa, a fome cotidiana e a recusa em trazer mais uma criança para a miséria, até decidir entregar o recém-nascido às águas (Vieira Junior, 2023). Ao ser lido em triangulação com as histórias de *Primavera*, esse fragmento literário não funciona como alegoria abstrata, mas como outra configuração narrativa da mesma experiência de colonialidade, patriarcado e escassez que as mulheres do Alto Sertão analisam em suas próprias palavras.

Ao comparar as tramas ficcionais com as trajetórias de *Primavera*, nota-se que os romances frequentemente oferecem desfechos mais fechados – vinganças, mortes, partidas definitivas –, enquanto as histórias orais permanecem em aberto, marcadas por avanços, recuos e negociações intermináveis. Essa diferença confirma Ricoeur (1994), que afirma que a

configuração literária tende a produzir narrativas mais “acabadas”, enquanto a vida social permanece em fluxo. A triangulação hermenêutica, nesse contexto, permite que as mulheres de Primavera usem a literatura como espelho e horizonte de possibilidade, ao mesmo tempo em que suas experiências obrigam a releitura crítica da ficção, expondo limites e excessos de certas soluções catárticas.

A análise também evidencia como fatores estruturais como renda, religião e geração modulam diferencialmente as possibilidades e formas de resistência cotidiana das mulheres, confirmando a necessidade de uma abordagem consubstancial (Hirata, 2014; Kergoat, 2012).

O acesso a alguma fonte de renda própria – seja por programas de transferência de renda, trabalho remunerado ou projetos de geração de renda articulados aos coletivos – amplia o leque de alternativas para romper com relações violentas, o que aparece de forma nítida na trajetória de Jitirana e de Magnólia (Albuquerque, 2023; Deere; León, 2002; Federici, 2017). Já mulheres sem renda independente, como Alpina, enfatizam o medo de “passar fome com o filho” como principal razão para permanecer, o que reforça a leitura de Saffioti (2015) sobre a centralidade da exploração econômica na sustentação do patriarcado.

A religião atua de forma ambivalente: discursos que sacralizam o casamento e naturalizam o sofrimento feminino reforçam a internalização de normas patriarcais, ao passo que experiências de comunidades de base, pastorais e grupos de oração podem oferecer redes de apoio, legitimação moral para a ruptura e linguagens alternativas para nomear a injustiça vivida (Albuquerque, 2023; Segato, 2018).

A dimensão geracional também é decisiva. Mulheres da geração de Jitirana narram um “antes” quase sem coletivos de mulheres e sem circulação de discursos feministas, o que torna suas trajetórias de liderança ainda mais notáveis como invenção de caminhos em terreno pouco balizado. Já mulheres mais jovens, como Magnólia, cresceram em contexto onde a crítica ao patriarcado e a noção de direitos das mulheres circulam com maior intensidade, o que se traduz em menor tolerância à violência masculina, ainda que nem sempre acompanhada de plena elaboração narrativa ou de segurança material (Albuquerque, 2023).

Em conjunto, esses elementos confirmam que a resistência cotidiana não é um atributo moral de indivíduos (“ser forte” ou “ser fraca”), mas uma prática situada no cruzamento de relações de sexo, classe, raça, geração e territorialidade, em linha com a perspectiva de consubstancialidade adotada na pesquisa. As mulheres de Primavera, ao narrarem e analisarem suas próprias vidas, não apenas resistem ao patriarcado: elas produzem um conhecimento

situado que desestabiliza teorias abstratas e recoloca o Sertão alagoano como lugar legítimo de elaboração epistêmica sobre experiências e resistências de mulheres rurais.

5. Considerações finais

O artigo buscou consolidar e aprofundar a análise das resistências cotidianas e das ambivalências diante do patriarcado nas narrativas de mulheres rurais de Primavera, tomando como eixo as trajetórias de Jitirana, Alpina e Magnólia articuladas às narrativas literárias e ao referencial teórico. Argumentou-se que a resistência cotidiana ao patriarcado no Alto Sertão alagoano é múltipla, contraditória e situada: manifesta-se em confrontos abertos com homens e autoridades, gestos discretos de desobediência, redes de solidariedade entre mulheres e reconfigurações da socialização de gênero, mas também em silêncios prolongados, retornos a relações violentas e reprodução convincente de normas patriarcais. Longe de indicar incoerência individual, esse mosaico revela como a agência feminina se constrói em terrenos marcados por forte escassez material, violência difusa e expectativas contraditórias sobre o que significa “ser mulher” na comunidade.

A análise mostrou que a ambivalência não é mero “meio-termo”, mas um modo situado de gerir riscos e afetos sob constrangimento estrutural, em que avanços e recuos fazem parte da própria prática de resistência. Em vez de opor heroísmo e resignação, o artigo propôs compreender trajetórias marcadas por avanços e recuos, em que estratégias de acomodação pública podem ser, em determinados contextos, formas de sobrevivência e proteção de filhos, vizinhas e da própria comunidade, ainda que, em outras dimensões, acabem reforçando a dominação que se busca contornar. Pensar com a ambivalência, nesse sentido, permite reconhecer que a resistência das mulheres rurais não é um estado fixo, mas um movimento, frequentemente tenso, entre medo e coragem, cálculo e desejo, cansaço e aposta em outras formas de viver.

A triangulação hermenêutica entre as narrativas de Primavera e os romances Torto Arado e Salvar o Fogo permitiu explorar convergências e tensões entre registros orais e literários, em termos não apenas temáticos, mas também formais: temporalidades, pontos de vista, escolhas de voz narrativa e uso de metáforas como faca, fogo, rio, terra. A literatura emergiu, assim, não como ilustração decorativa de uma realidade já conhecida, mas como interlocutora que ajuda a nomear o indizível, a condensar em imagens a violência estrutural e a abrir possibilidades de interpretação que retornam, em seguida, às histórias de vida. Do mesmo modo, as narrativas das mulheres rurais ancoram e tensionam os enredos ficcionais, impedindo

que sejam lidos como alegorias abstratas e fazendo ecoar, no plano estético, as contradições da vida no Sertão.

Em termos de contribuição teórica, o artigo indica que a ambivalência pode operar como categoria analítica relevante para pensar a agência sob o patriarcado estrutural, ao evidenciar que resistência e acomodação coexistem nas trajetórias situadas das mulheres rurais. Ao mesmo tempo, mostra que a triangulação entre literatura e história oral pode funcionar como método de produção de teoria, capaz de articular experiência vivida, configuração narrativa e refiguração crítica em perspectiva feminista decolonial. Nessa chave, a teoria não se encontra apenas nos textos canônicos, mas também nas interpretações que as próprias mulheres formulam sobre suas vidas e nas imagens literárias que, ao circular socialmente, reordenam modos de ver o Sertão, o corpo, a terra e a violência.

Do ponto de vista metodológico, a descrição detalhada do campo, da amostra, dos procedimentos de análise e dos exercícios de reflexividade buscou responder às exigências de transparência e rigor, sem renunciar ao compromisso político de produzir conhecimento de baixo para cima, em diálogo com as mulheres rurais que o informam. Essa opção implicou reconhecer as participantes como coautoras da análise, respeitar seus tempos, silêncios e prioridades temáticas, e submeter hipóteses interpretativas ao crivo de quem vive cotidianamente os efeitos do “nó” patriarcado-racismo-capitalismo. O resultado é um desenho de pesquisa que combina densidade empírica e cuidado ético, sustentado por um horizonte em que a objetividade não se opõe à implicação, mas é construída a partir da explicitação das próprias posições e vínculos.

Em um cenário em que a vida no campo segue marcada por desigualdades persistentes, múltiplas violências e desmontes de políticas públicas, reconhecer as sertanejas de Primavera como produtoras de teoria – e não apenas como objeto de estudo – é, ao mesmo tempo, gesto epistemológico e ato político. As resistências cotidianas que elas tecem, com todas as suas ambivalências e limites, iluminam não só o Alto Sertão alagoano, mas também os impasses e possibilidades de um feminismo decolonial enraizado em territórios rurais, que precisa aprender com essas mulheres para continuar existindo. Ao recentrar Jitirana, Alpina, Magnólia e suas companheiras como protagonistas da análise, o artigo afirma que o conhecimento mais radical sobre patriarcado e resistência no Sertão está, antes de tudo, nas mãos e nas vozes das mulheres rurais que o enfrentam, dia após dia.

Referências

ABU-LUGHOD, L. The Romance of Resistance: Tracing Transformations of Power Through Bedouin Women. **American Ethnologist**, v. 17, n. 1, p. 41-55, 1990. Disponível em: https://is.muni.cz/el/1423/podzim2012/SAN230/um/Abu-Lughod_The_Romance_of_Resistance.pdf. Acesso em: 21 jul. 2025.

ALBUQUERQUE, A. M. L.. "**Medindo forças na enxada, no machado, na foice**": patriarcado e resistência das mulheres rurais organizadas à violência no Alto Sertão alagoano. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

ARROYO, A. G.. **Feminismo Comunitario-Bolivia**: un feminismo útil para la lucha de los pueblos. La Paz: Feminismo Comunitario, 2014.

CABNAL, L.. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. Las Segovias: ACSUR, 2010.

CURIEL, O.. Construindo Metodologias Feministas: Crítica, Reflexão e Proposta. In: De Melo, P. B. et al. (orgs). **Descolonizar o feminismo**: VII Sernegra. Brasília: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019. p. 32-51. Disponível em: https://www.academia.edu/41883687/Descolonizar_o_feminismo. Acesso em: 09 jun. 2025.

DEERE, C. D.; LEÓN, M.. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DUARTE, A.. Literatura, política e história na obra de E. P. Thompson. **ArtCultura**, [S. l.], v. 23, n. 42, p. 50-65, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/61851>. Acesso em: 9 nov. 2025.

ESPINOSA MIÑOSO, Y.. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, n. 184, p. 7-12, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/325/32530724004.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FANON, F.. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, S.. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

GROSFOGUEL, R.. **La descolonización del conocimiento**: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos. Formas-Otras: Saber, nombrar, narrar, hacer, v. 1, p. 97-108, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/6863545/LA_DESCOLONIZACION_DEL_CONOCIMIENTO_DI%81LOGO. Acesso em: 10 nov. 2025.

HIRATA, H.. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/jts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago.

2025.

HOOKS, b.. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Elefante, 2019.

KERGOAT, D.. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**

CEBRAP, n. 86, p. 93-103, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/hVnNxSrszcVLQGfHFsF85kk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2025.

MIES, M.. **Patriarcado & Acumulação em Escala Mundial: Mulheres na Divisão Internacional do Trabalho**. Tradução Coletivo Sycorax São Paulo: SOF, 2021.

PORTELLI, A.. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PAULILO, M. I.. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos**

Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/fngwsjnkZHvKMD7Ly3T6gks/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2025.

RICOEUR, P.. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, P.. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

SAFFIOTI, H. I. B.. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B.. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, J. C.. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven: Yale University Press, 1985.

SCOTT, J. C.. **Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts**. New Haven: Yale University Press, 1990.

SEGATO, R. L.. **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

THOMPSON, E. P.. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEIRA JUNIOR, I.. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

VIEIRA JUNIOR, I.. **Salvar o Fogo**. São Paulo: Todavia, 2023.